



# CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Serra, 02 de outubro de 2023.

**De:** Procuradoria  
**Para:** Procuradoria

**Referência:**

Processo nº 2701/2023

Proposição: Projeto de Lei nº 257/2023

**Autoria:** WILIAN DA ELÉTRICA

**Ementa:** Fica denominado de Antonieta Campo Dall'Orto Moscon o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), localizado na Av. Guarani, nº 1000, no Bairro das Laranjeiras, Jacaraípe, CEP 29175-520, neste município de Serra.

---

## DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

**Fase Atual:** Emitir Parecer

**Ação realizada:** Parecer Emitido

**Descrição:**

Processo nº 2701/2023

Projeto de Lei nº 257/2023

**Requerente:** Vereador Wilian da elétrica

**Assunto:** Fica denominado de Antonieta Campo Dall'Orto Moscon o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), localizado na Av. Guarani, nº 1000, no Bairro das Laranjeiras, Jacaraípe, CEP 29175-520, neste município de Serra.

**Parecer nº 550/2023.**

## PARECER DA PROCURADORIA GERAL

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Projeto de Lei de autoria do ilustre Vereador Wilian da elétrica que Fica denominado de Antonieta Campo Dall'Orto Moscon o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), localizado na Av. Guarani, nº 1000, no Bairro das Laranjeiras, Jacaraípe, CEP 29175-520, neste município de Serra.



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3100380031003800300038003A005400, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Em sua justificativa, esclarece o Vereador que o Projeto tem o objetivo de homenagear Dona Antonieta foi a primeira moradora do bairro chegando em 1971, uma época em que as casas eram feitas de palha de coco. Ela não apenas estabeleceu sua residência ali, mas também seu coração. Durante 40 anos, Dona Antonieta dedicou seu tempo, esforço, carinho e amor a centenas de crianças do bairro e da antiga invasão vizinha. Ela alimentava, cuidava, cortava cabelos e unhas, e oferecia um porto seguro para essas crianças. Seu trabalho começou com seis crianças, colegas de seus netos, e cresceu, chegando a alimentar mais 200 crianças aos sábados e 500 no Natal, além de idosos e mulheres grávidas. Ela socorreu crianças desidratadas e desnutridas, sempre com um coração aberto e mãos dispostas a ajudar. Sua generosidade se estendeu além do cuidado direto à comunidade. Antonieta doou o terreno onde hoje se encontra a Paróquia e Matriz Santa Luzia (Igreja), um marco importante para a comunidade local. Ela também doou o terreno para a Praça da Guarani, um espaço de convivência e lazer para os moradores do bairro.

Diante disso, a Presidência desta Casa de Leis encaminhou-nos o processo para a necessária averiguação quantos aos aspectos legais e constitucionais para o início da sua tramitação, com conseqüente emissão de Parecer.

Compõem os autos até o momento a Minuta de Projeto de Lei em estudo, a sua justificativa, a certidão de óbito e os despachos de encaminhamento para elaboração de parecer jurídico prévio.

Por fim, relatado o feito, passo a opinar.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre destacar que a elevação de um Projeto ao patamar de Lei Municipal passa sempre pela comprovação dos requisitos constitucionais e legais para a sua regular tramitação.

Do ponto de vista material, e atentando para a regra constitucional que prescreve a competência legislativa local dos municípios, se percebe claramente que, não estando a matéria aqui tratada no rol daquelas de competência legislativa privativa da União ou dos Estados, não há óbice para que o assunto seja regulado por Lei Municipal.

Este entendimento decorre do art. 30, I e II, da Constituição Federal, do art. 28, I e II, da





# CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Constituição Estadual e do art. 30, I e II, e 99, XIV, da Lei Orgânica Municipal, todos dispositivos que asseguram a competência da Câmara Municipal para legislar acerca de assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual.

## **Constituição Federal**

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

## **Constituição Estadual**

*Art. 28. Compete ao Município:*

*I - legislar sobre assunto de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;*

## **Lei Orgânica do Município da Serra**

*Art. 30 - Compete ao Município da:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - Suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;*

*Art. 99 - Compete à Câmara, com a sanção de Prefeito:*

*XIV - legislar sobre assuntos de interesse local;*

No caso específico, o art. 99, inciso XXXVIII da Lei Orgânica Municipal traz permissivo legal quanto à denominação de logradouros pela Câmara Municipal, senão vejamos:

*Art. 99 - Compete à Câmara, com a sanção de Prefeito:*

*XXXVIII - dar denominação a imóveis, vias e logradouros públicos;*

Assim sendo, havendo competência legislativa da Câmara Municipal para iniciar processos legiferante sobre a matéria guardada neste processo, resta comprovado que o Projeto de Lei em destaque, de autoria do Vereador Wilian da elétrica, apresenta-se constitucional tanto pela matéria que abriga quanto pela forma de sua edição.





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Passando ao outro ponto da avaliação, quanto ao interesse público na transformação do Projeto em Lei Municipal, tenho para mim que neste item pousa a mesma sorte verificada no quesito constitucionalidade.

Assim sendo, entendendo pela desnecessidade de lançar mão de outros argumentos, concluo estar o requisito interesse público devidamente identificado e satisfeito no caso concreto.

No mais, o processo em questão observou até agora todas as regras de tramitação estabelecida pelo Regimento Interno deste Poder Legislativo.

### CONCLUSÃO

Posto isso, firmada em todas as razões e fundamentos já expostos, **opina esta Procuradoria pelo regular prosseguimento do Projeto de Lei nº 257/2023**, sem embargos de eventual análise jurídica sobre o mérito da presente matéria, em caso de solicitação pelas Comissões Competentes, Mesa Diretora e Presidência ou outras questões não abordadas neste parecer.

Ressaltamos que o presente Parecer é de natureza opinativa e não vinculatório, de modo que, todos aqueles participantes do processo, em especial o gestor público, dentro da margem de discricionariedade, juízo de valor e ação que lhes são conferidos, deverão diligenciar pela observância dos princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais no caso em destaque.

Destarte, ressaltamos que, incumbe a esta Procuradoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar nas razões e pertinência temática do projeto, motivo pelo qual o presente posicionamento não contém natureza vinculativa e sim opinativa, não vinculando o posicionamento desta Procuradoria para outras situações concretas, ainda que parecidos a este projeto.

Esses são os esclarecimentos que formam nosso parecer que submetemos à apreciação Superior, motivo pelo qual **ENCAMINHAMOS** os autos ao Procurador Geral.





# CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Serra/ES, 02 de outubro de 2023.

**FERNANDO CARLOS DILEN DA SILVA**

*Procurador*

**Nº Funcional 4073096**

**VANESSA BRANDES FARIA**

Assessora jurídica

**Próxima Fase:** Elaborar Parecer Jurídico Preliminar

**Vanessa Faria  
Assessor Jurídico**



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100380031003800300038003A005400, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves  
Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

